CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DO PORTO DE PARANAGUÁ

Rua Antônio Pereira, 161
Cep 83221-030 Paranaguá – PR
Tel (41) 3420-1142 – Fax (41) 3420 -1360
www.portosdoparana.com.br
E-mail cappgua@pr.gov.br

ATA DA 168ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro de 2008, na sala de reuniões do Conselho de Autoridade Portuária (CAP) de Paranaguá – PR, às 09h40min, sob a presidência do Sr. Paulo Augusto Rocha de Vasconcellos, foi realizada a 168ª Reunião Ordinária (R.O.) desse Conselho, com a presença dos seguintes **Conselheiros:** Rivaldo Pinheiro Dantas, Daniel Lucio de Oliveira Souza, José Baka Filho, Michael Martins da Silva, Sandro Flores Monteiro, Wilen Manteli, Edson César Aguiar, Osmar Petersen, Arivaldo Barbosa José, Carlos Antônio Tortato, Wilson Moraes da Silva, Maria do Socorro de Oliveira, Carlos Alberto M. da Costa, Ismael Alves Pires Neto, Juarez Moraes e Silva, Cláudio Fernando Daudt, José Roberto de Almeida Corrêa, Luciano Cardoso Denardi, Hário Mirzo Tieppo Junior. **Convidados:** Representante da Capitania dos Portos do Paraná, Capitão-de-Fragata Avelino de Freitas. **Justificativas de ausência:** Conselheiros: Carlos Alberto Silveira Calvo, Jéferson Fernando Hining, Zulfiro Antonio Bósio, João Gilberto Cominese Freire. **I - ABERTURA DOS TRABALHOS** – Palavra do Presidente. Aberta a Reunião, o Presidente deu início à primeira reunião de 2008, informando ao Plenário que decidiu não convocar a R.O. do mês de janeiro porque tinha conhecimento, por escrito, de que apenas 5 (cinco) dos Conselheiros estavam em condições de comparecer, os quais, com ele, perfariam 06 (seis) presenças, um número inferior ao quórum mínimo exigido. Fez menção ao custo de seu deslocamento, dos contratempos para as suas atividades na ANTAQ e à desnecessidade de vir a Paranaguá para constatar, "in loco", a inexistência desse quórum, como desejava o Conselheiro Fayet. **II – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA RELATIVA À 167ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CAP Secretaria do Conselho.** A Ata foi aprovada por unanimidade. **III – POSSES – Bloco dos Usuários dos Serviços Portuários e Afins – Conselheiro CLAUDIO FERNANDO DAUDT** – Representante Suplente dos Proprietários e Consignatários de Mercadorias, **Conselheiro LUCIANO DENARDI,** Representante Suplente dos Proprietários e Consignatários de Mercadorias e, **Conselheiro JOÃO GILBERTO COMINESE FREIRE** – *Representante Titular dos Terminais Retro-Portuários. Foram efetivadas as posses, com* exceção do Conselheiro João Gilberto que teve sua ausência justificada. **IV - ORDEM DO DIA: 2. INFORMAÇÕES A SEREM PRESTADAS À POLICIA FEDERAL EM PARANAGUÁ – OFÍCIO N. 1816/2007 – DPF/PNG/PR; Secretaria do Conselho** - Houve inversão de pauta, por solicitação do Delegado Julio Kummer da Delegacia da Polícia Federal em Paranaguá, presente como Convidado que tinha necessidade de se ausentar antes do término da reunião. Usando a palavra, o Delegado informou que o MPF tem requisitado respostas às suas solicitações e que, por sua vez, está impossibilitado de atender, por não haver recebido, do CAP, as informações referentes ao Ofício 1816/07 – DPF/PNG/PR. Informou que enviaria uma nova correspondência ao Conselho, ampliando a solicitação de informações contida no Ofício anterior, quanto ao cumprimento das diversas Deliberações do CAP. O **Conselheiro Edson,** representante do SINDOP, solicitou um adiamento, até o dia 07 de março, para envio de sua resposta ao CAP, assim como o representante suplente do Estado manifestou sua intenção em responder à solicitação do CAP, antes da Reunião Ordinária do mês de março. **1. ASSUNTOS PENDENTES DE SOLUÇÃO REFERENTES ÀS REUNIÕES ORDINÁRIAS ANTERIORES** – O **Presidente** historiou as razões pelas quais os 15 assuntos listados se tornaram pendentes de solução no âmbito do CAP e ao final abriu a palavra aos Conselheiros para que opinassem e sugerissem possíveis soluções para que esses assuntos sejam, efetivamente, resolvidos ao longo do ano de 2008. Compõem essa lista: ***1. Revisão e Atualização do Regulamento de Exploração do Porto de Paranaguá;*** O **Presidente** citou a necessidade de revisar esse Regulamento, em face do grande número de Ordens de Serviço expedidas pela APPA alterando procedimentos nele previstos; ***2. Revisão e Atualização do Regimento Interno do CAP;*** O Presidente chamou atenção para pontos que precisam ser atualizados, como, por exemplo, a agenda das reuniões; ***3. Normas de pré-qualificação do Operador Portuário; 4. Revisão e Atualização do PDZPO e do Programa de Arrendamento de áreas e instalações do Porto de Paranaguá;*** Presidente - disse que o Programa de Arrendamento está na ANTAQ, desde o ano passado, sem condições de ser encaminhado, porque há uma série de inconformidades a serem resolvidas, que dependem exclusivamente da APPA; ***5. Informações sobre questões relacionadas ao Centro de Treinamento Profissional; 6. Avaliação da Gestão Ambiental do Porto; 7. Treinamento dos Trabalhadores Portuários Avulsos*** *(Assunto discutido no item 5 acima);* ***8. Análise de questões relacionadas à Atração*** *de Cargas e Geração de mão- de-obra na* ***atividade portuária; 9. "Ship-Loader" n.º 2 e*** *Manutenção do Corredor de Exportação;* ***10.***

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DO PORTO DE PARANAGUÁ

Rua Antônio Pereira, 161
Cep 83221-030 Paranaguá – PR
Tel (41) 3420-1142 – Fax (41) 3420 -1360
www.portosdoparana.com.br
E-mail cappgua@pr.gov.br

Análise das questões relacionadas ao Corredor de Exportação e Terminais; e, 11. Restabelecimento das Ordens de Serviço 054 e 055/2007 – APPA. O **Presidente** discorreu sobre a impossibilidade de restabelecer as Ordens de Serviço, conforme pretendido pela APPA, sendo a única solução o consenso, já que, quando o assunto foi reapresentado, já na sua gestão, pelo ex-Conselheiro Fabrício, esse restabelecimento foi rejeitado e, além disso, se encontra "sub judice". ***13. Informações sobre questões relacionadas à O.S. 160/2007 – APPA.*** Assunto ligado ao Treinamento de TPA"s. ***14. Informações a serem prestadas à Delegacia da Polícia Federal em Paranaguá/ Cumprimento da Deliberação 003/2004 – CAP/ Ofício 1816/2007 – DPF/PNG/PR;*** O assunto já tinha sido discutido no item 2 anterior. ***15. Manifestação do CAP sobre a proposta de Orçamento e de Investimentos da APPA para o exercício de 2008*** – O Presidente informou que estes assuntos serão pautados ao longo de 2008 até serem totalmente resolvidos, abrindo então espaço para que os Conselheiros se manifestassem sobre eles. O **Conselheiro Juarez** lembrou que a atualização do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento dos Portos Organizados - PDZPO já tem seis anos e carece de revisão. Que existem projetos da APPA que não estão contemplados no Plano, como é o caso do Distrito Industrial Alfandegado e do próprio Programa de Arrendamento. Parece-lhe que, agora, o projeto de maior relevância, é a questão de Pontal, pois está dentro do Porto Organizado de Paranaguá e, pelo que ouvem na mídia, existe um projeto em desenvolvimento sobre o Porto de Pontal e o PDZPO, mesmo o de 2002, se absteve com relação a essa área, inexistindo qualquer deliberação quanto à definição do Porto de Pontal, naquilo que seja a sua destinação. Disse acreditar que o Porto deva atualizar a sua visão a respeito do Porto de Pontal, para que este Conselho possa contribuir na definição do PDZPO de Pontal, integrado à Paranaguá, porque o Porto Organizado é o mesmo, para que haja a mais perfeita integração e harmonia no que for desenvolvido lá. Acredita que falta sintonia da realidade dos projetos em pauta com aquilo que ele prevê no momento. Aproveitou para cumprimentar os que chegaram ao CAP, em especial o Conselheiro Cláudio Daudt, que retorna ao Conselho, cumprimentando o Conselheiro Sidney pelo papel relevante que cumpriu, tendo a certeza que continuará como aliado do Porto de Paranaguá. O **Presidente** disse entender que a Delegação foi para os Portos de Paranaguá e Antonina e que o Porto de Pontal é um outro caso, porque a Constituição Federal no artigo 21, inciso 12, prevê que compete à União explorar diretamente ou mediante concessão, autorização ou permissão os Portos Públicos, sendo o Porto de Pontal, a seu ver, um novo porto, situado num terceiro município, que depende da autorização da União, num novo processo, já que ele não existia (e ainda não existe) quando celebrado o Convênio de Delegação entre o Estado do Paraná e o Governo Federal, que diz respeito, especificamente, aos portos de Paranaguá e Antonina. A **Conselheira Maria**, perguntou sobre a área do Porto Organizado. Questionou se Pontal não está na área do Porto Organizado de Paranaguá, porque se for assim, é uma novidade, já que Pontal sempre foi considerado área do Porto Organizado, junto com Paranaguá. **Presidente** – Disse que está dando uma opinião pessoal; que o que acontece é que a APPA, por ser a delegatária do Porto Organizado terá que ser ouvida, mas que vê a questão como muito complicada. **Conselheira Maria** – Disse que a questão do PDZPO foi muito bem posta pelo Conselheiro Juarez, que Pontal não está cogitado no Plano e a questão não tem condições de ser resolvida, enquanto não houver um Plano de Desenvolvimento, que deve passar pela ANTAQ e pelo Governo Federal. Os problemas fundiários em Paranaguá precisam ser regularizados, para que possam ser regularizadas as solicitações de arrendamento, pois se não houver essa regularização poderá haver uma série de questões judiciais, por conta do PDZPO. Todo o processo que a APPA faz para executar uma obra, poderá ser comprometido pela intervenção de alguém. Outra posição, absolutamente nova, é a de que Pontal não pertenceria a Paranaguá, que seria um porto novo, o que se deve ao fato de, ao longo dos anos, todos considerarem e entenderem que Pontal está na área do Porto Organizado de Paranaguá, e essa nova interpretação se torna um aspecto discutível. **Presidente** – Usando das palavras da Conselheira Maria, quando diz que no PDZPO não se fala no Porto de Pontal, mostra que este se trata, realmente, de um problema novo. Disse que, segundo foi informado, existe na área um terminal privado abandonado. **Conselheira Maria** – Disse que no passado quando foram instaladas algumas empresas de reparo, as licenças passaram primeiro por Paranaguá. Não existia o CAP, mas como tinha uma área de porto organizado, foi respeitado isso e foi solicitada autorização. Hoje, qualquer instalação tem que estar no PDZPO e ter a autorização da APPA. Disse desconhecer qual foi o Parecer jurídico sobre a situação atual. **Presidente** – Disse que como Presidente do CAP tem a obrigação de enxergar longe, para dizer o que pode acontecer; por isso acha que a questão não é

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DO PORTO DE PARANAGUÁ

Rua Antônio Pereira, 161
Cep 83221-030 Paranaguá – PR
Tel (41) 3420-1142 – Fax (41) 3420 -1360
www.portosdoparana.com.br
E-mail cappgua@pr.gov.br

tão simples quanto parece. No Programa de Arrendamento da APPA, estão consideradas como áreas do Porto, três grandes áreas que ainda não são de sua propriedade, apesar de requeridas ao SPU desde 1989 e que, tanto quanto sabe, estão povoadas. E questionou: como pode a ANTAQ autorizar o Arrendamento de uma área que, legalmente, não existe na área do Porto Organizado? **Conselheiro Rivaldo** – Disse que existe um Contrato de Adesão da área do Porto de Pontal, havendo, portanto, a implicação de uma área que precisa ser esclarecida. **Conselheira Maria** – Disse que no primeiro Contrato de Adesão, toda a área foi cedida, com uma extensão enorme, ao Estado do Paraná, com a recomendação de que o Governo do Paraná fizesse um projeto de ocupação, o que não ocorreu. E hoje, quando se fala em Porto de Pontal, vão ter que seguir com a iniciativa privada, que ganhou áreas que eram do Governo. Ninguém regularizou as áreas dos Portos no país e realmente os problemas são muito sérios, porque estrategicamente o país perdeu algo que é muito importante para ele, na parte da economia. Quando se fala em PDZPO, importa muito aos trabalhadores saber se Pontal é, ou não, Porto Organizado de Paranaguá. **Presidente** – Disse que a delimitação das áreas dos Portos Organizados de Paranaguá e Antonina está fixada no Decreto Nº 4.558, de 30 de dezembro de 2002, e que as pessoas que conhecem a região, ao lê-lo, poderão entender esses limites melhor que ele. **Conselheiro Juarez** – Informou ter conhecimento de que existem projetos em andamento, mas que o Conselho ainda não recebeu nada a respeito disso e o PDZPO existente não se adequou a essas propostas. Ressalta que, tanto a questão de Pontal quanto a dos novos Projetos, precisam ser encaminhados, para que não sofram obstáculos daqui a algum tempo. Sugere que a APPA encaminhe ao Conselho tanto as sugestões de alteração para o PDZPO, quanto para o Programa de Arrendamento e para o futuro Porto de Pontal. **Conselheiro Cláudio** – Disse que é preciso compatibilizar o PDZPO com o Plano Diretor da cidade. Com relação ao Distrito Industrial, disse que a empresa onde trabalha está fazendo uma pequena dragagem para aprofundar, uns trezentos mil metros cúbicos. Com relação ao Porto de Pontal ele é estratégico e importante, porque em três anos estarão triplicando as exportações de etanol no Brasil e por algum lugar esse produto vai ter que sair e todos esperam que Paranaguá seja privilegiada e que aqui no Paraná isso ocorra de forma rápida. Disse que o futuro Distrito Industrial já está recebendo o seu aterro e que, em cerca de sessenta dias deverão estar colocados lá, aproximadamente, setenta mil metros cúbicos de areia, de primeira qualidade. "Tudo de que uma cidade precisa é de diversificação, de um porto múltiplo, de um porto que ofereça todas as qualidades", disse o Conselheiro. "Essa questão de Porto Organizado e Delegação há que ser estudada e vista com muito carinho, porque porto organizado diz respeito ao Presidente da República e a expectativa é que essas matérias sejam organizadas". **Conselheiro Tortato** – Informou que teve a oportunidade de participar da inauguração do Centro de Treinamento no final do ano passado, quando se tinha a expectativa de começarem os cursos, imediatamente, porém faltavam os equipamentos e o Governo Federal não tinha recursos para contratar o pessoal. Disse acreditar que até à metade do ano os cursos devem estar iniciando e relembra a idéia inicial de se fazer uma visita ao Centro, o que ficou de providenciar juntamente com outros Conselheiros. **Presidente** – Sobre a integração do planejamento portuário com o planejamento da cidade, disse que, ano passado, foi convidado a participar da cerimônia de assinatura do Plano de Desenvolvimento do Município de Paranaguá, à qual não pôde comparecer, mas que, na reunião do CAP, a seguir desse evento, perguntou publicamente ao Prefeito, em Plenário, se esse plano de desenvolvimento tinha sido elaborado considerando a expansão portuária, e que este havia respondido afirmativamente. **Conselheiro Arivaldo** – Disse que o Centro de Treinamento foi um avanço e que tornou-se realidade. Mas que, nos dias atuais está havendo uma manifestação, pois para o diploma do trabalhador portuário avulso ter validade, este tem que passar pelo Órgão Gestor de Mão-de-Obra (OGMO) e há muitos trabalhadores que fizeram o curso respeitando a Lei Federal, pelo MEC, o que não é aceito, porque deve passar pelo OGMO. Diz isso porque o Presidente tem uma relação muito estreita com o pessoal da DPC, que é quem exige isso. Gostaria que os cursos do MEC também fossem reconhecidos, porque se trata de uma lei federal. Sobre o **Restabelecimento das Ordens de Serviço 054 e 055/2007** o **Conselheiro Juarez** informou que a Comissão se reuniu, juntamente com a APPA, conseguindo refazer um texto resultante de consenso, entre os seus participantes, mas que no dia da Reunião Ordinária, a Administração, através de seu Superintendente, fechou questão em torno do restabelecimento, na íntegra, dos textos anteriores dessas Ordens de Serviço. **Presidente** - Disse que se a APPA mantiver a decisão de querer o restabelecimento pleno, terá que esperar a manifestação judicial. **Conselheiro Daniel** – Disse que há temas que estão sendo amplamente discutidos, atualmente,

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DO PORTO DE PARANAGUÁ

Rua Antônio Pereira, 161
Cep: 83221-030 Paranaguá – PR
Tel. (41) 3420-1142 – Fax (41) 3420 -1360
www.portosdoparana.com.br
E-mail: cappgua@pr.gov.br

como dragagem, sinalização náutica e gestão ambiental. E que, por isso, alguns outros talvez não tenham a mesma velocidade, por uma série de carências estruturais, o que, de forma generalizada, também ocorre em outros portos brasileiros. Sobre o Regulamento de Exploração, disse que é um tema que será abordado, pois estão trabalhando para receber a qualificação ISO, razão pela qual revisaram todos os itens, para desenvolver procedimentos que contribuirão no Regulamento de Exploração. Pois à medida que mexem nos procedimentos internos da APPA sentem a necessidade de atualização, até mesmo quanto ao relacionamento com os Operadores, que se diferenciam em vários sentidos. Quanto ao PDZPO e ao Programa de Arrendamento, disse que o PDZPO do Porto de Antonina foi aprovado com áreas desenhadas em cima da água, o que se mostra possível. Com relação às áreas invadidas, não podem desmerecer o todo devido a um ajuste que deve ser feito. Se a ANTAQ acredita que o Programa precisa de ajustes, estes serão feitos. Irão trabalhar para fechar esses temas. Com relação ao Porto de Pontal, possuem uma visão diferente, de que a área faz parte do Porto Organizado de Paranaguá, sendo a questão fundiária frágil. Quanto à Gestão Ambiental, estão realizando um processo licitatório do Clube de Serviços, que já é bastante conhecido pela comunidade e querem que o Porto de Paranaguá seja um modelo de gestão ambiental no Brasil. Reiterou a necessidade de restabelecerem as Ordens de Serviço 054 e 055. Mais uma vez, o **Presidente** disse que não há como restabelecê-las, pois o Conselho votou contra e por isso havia sido nomeada uma Comissão para reestudar o texto e apresentar à APPA, para fazer um acordo amigável, redigindo um novo texto, que a Autarquia recusou, como citado pelo Conselheiro Juarez. Quanto à produtividade, o **Conselheiro Daniel** disse que é muito importante discutir esse tema, pois ela trata de treinamento, de custos e é muito fácil responsabilizar a Administração por inoperâncias. Afirmou que a discussão desse tema envolve trabalhadores, gestão individual dos Terminais e que todos precisam atuar de forma gerencial e técnica, sem paixões ou posições ideológicas. Disse ainda, sobre a resposta à Polícia Federal, que entendem que após as manifestações do SINDOP, a Administração poderá se manifestar. Quanto à Proposta Orçamentária, assumiu o compromisso de que agendará uma apresentação do Orçamento. **Conselheiro Edson** – Com relação ao item 14, que é a resposta à DPF, disse acreditar que, para que as coisas aconteçam de uma forma mais rápida, não há porque a APPA esperar o relatório do SINDOP, pois os dados podem ser entregues em duas semanas; se a APPA tiver que aguardar esses dados, para depois se pronunciar, serão mais duas semanas, o que atrasará o processo. **Conselheiro Daniel** – Disse que se há a necessidade de informar que a APPA está cumprindo ou não, seria importante a APPA ser informada, com antecedência, sobre os itens que está sendo acusada de descumprir. **Presidente** – Pelo pouco que conhece de processo, disse que não há porque cotejar as informações de uns com os outros. **Conselheiro Baka** – Disse que o Plano Diretor do Município contemplou as retro-áreas e essas análises foram feitas com a ajuda de profissionais da APPA. O plano foi elaborado pela Universidade Federal do Paraná, consultando todos os interessados. Não existe no Plano Diretor uma definição de que forma será feita a ocupação, pois entenderam que essas orientações deverão ser feitas no PDZPO. A projeção é para uma cidade de 300 mil habitantes com um porto de 25 berços. Disse que poderão fazer uma apresentação do plano para conhecimento do Conselho. Sobre o IFET, Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Paranaguá, disse que este ainda não foi inaugurado, mas que passou por uma audiência publica inicial, em dezembro. Que a instalação está concluída, que está com todos os equipamentos e que tem autorização para contratação de funcionários e professores, dependendo apenas de um Decreto presidencial. Disse que querem iniciar, já no primeiro semestre, com três cursos. Quanto à questão do Porto de Pontal, disse que aquela área pertenceu ao Governo do Estado e foi cedida para o pai do Sr. João Carlos Ribeiro, que fez um loteamento e comercializou e que, dentre as doações que foram feitas, uma doação se destina à construção de um Aeroporto, em Pontal e que, agora, veio a noticia da construção de um aeroporto, em Paranaguá, pelo Governo do Estado. Para poder dar seqüência aos planos do Projeto de Pontal é preciso que o Comando da Aeronáutica devolva essa área ao antigo dono, que é o João Carlos Ribeiro e para isso acontecer, é necessário doar uma outra área à Aeronáutica. Disse considerar interessante que o litoral tenha um aeroporto internacional, mas que, dentro dessa questão, está o Porto de Pontal. **Conselheira Maria** – Disse que há uma área sendo usada por particulares que também é do Governo Federal, porque, quando houve a concessão, o Governo Federal estava concedendo ao Governo do Estado. **Conselheiro Rivaldo** – Disse que, sobre o Contrato de Adesão, fez uma consulta à ANTAQ e verificou a localização, para exploração de uso privativo, é a denominada como Ponta do Poço. **Conselheira Maria** – Colocou que, em sua opinião, as propriedades públicas precisam ser cuidadas,

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DO PORTO DE PARANAGUÁ

Rua Antônio Pereira, 161
Cep: 83221-030 Paranaguá – PR
Tel: (41) 3420-1142 – Fax (41) 3420 -1360
www.portosdoparana.com.br
E-mail: cappgua@pr.gov.br

pois é um passado do qual ninguém cuidou e agora possui áreas do Porto com a iniciativa privada, o *que é grilagem.* ***Presidente*** *– Disse que o que o preocupa é que as pessoas voltem as suas* atenções para esse novo local, criando uma falsa expectativa e abandonem as preocupações com o Porto atual, que tem uma série de problemas a serem resolvidos. **Conselheiro Baka** – Informou que a área da Vila Portuária tem cerca de 440 casas e é uma área destinada ao interesse portuário, mas que é também uma zona de interesse social. Disse que as famílias que lá estão já têm condição de serem deslocadas e que a Prefeitura está à disposição para fazer um trabalho conjunto de remoção dessas famílias da área. Lembrou que houve uma decisão sobre o pagamento de ISS, quando da discussão da tarifa e perguntou se foi mandada correspondência para a Administração do Porto. O **Presidente** informou que a providência faz parte do texto da Deliberação expedida, quando do reajuste da tarifa e que este já é de conhecimento de todos, há alguns meses. O **Conselheiro Baka** convidou todos os presentes para participarem da Primeira audiência pública com a DRT, sobre os problemas envolvendo trabalhadores portuários avulsos. Revelou que, no dia 25 de abril próximo, terão um Seminário sobre trabalhadores portuários, com a presença do Ministro do Trabalho. **Conselheiro Arivaldo** – Fez menção sobre a normalidade do trabalho no Natal e Ano Novo, a pedido do CAP, mas disse que a produção não foi a esperada. Cobrou mais produção, porque o trabalhador recebe por produção. O **Presidente** acredita que este assunto deve ser levado ao conhecimento daqueles que estão na retaguarda das operações portuárias. **Conselheiro Juarez** – Disse concordar porque o trabalho nesses dias foi uma conquista, e que, por isso, deve haver uma contrapartida dos Operadores. Prometeu fornecer a produtividade média do seu Terminal e qual foi a produtividade alcançada nesses dois dias. Um dos desafios dos TPA's é que não haja atrasos, nem na chegada, nem na saída, porque em 100% dos dias do ano, os atrasos são regulares. **Conselheiro Ismael** – Disse que é relevante levantar as cargas que operaram nesses dias. **Conselheiro Michael** – Registra que apreciou o comparecimento dos trabalhadores e achou anormal a falta de produtividade nesses feriados. **Presidente** – Pediu que o assunto seja discutido na próxima reunião, sobre os dados fornecidos. Os relatórios Gerencial, da APPA e de Atividades, do OGMO foram distribuídos com antecedência, não havendo manifestações sobre os mesmos. **ASSUNTOS GERAIS:** - O **Presidente** chamou atenção especialmente para os Ofícios n. 028/08 – APPA que deu conhecimento ao CAP da desatracação de um navio pela Praticagem, a pedido da Agencia Marítima Marcon, sem a autorização da APPA, solicitando ao Conselho a abertura de Inquérito e a penalização das partes envolvidas. Após ouvir a Praticagem, o Presidente concluiu que não competia ao CAP qualquer providência a respeito da ocorrência, porquanto compete exclusivamente à Capitania dos Portos reter uma embarcação no porto a pedido de terceiros, o que no caso presente não aconteceu. Com relação ao Ofício 022/08 – APPA, em que a Autarquia comunica ao CAP que está tomando providências no sentido de implantar um Porto no Município de Pontal do Paraná, o Presidente teceu algumas considerações a respeito mencionando que no seu entendimento não se deve cultivar expectativas para uma solução a curto prazo, uma vez que existem problemas legais de toda a ordem (até mesmo a inesperada notícia da posse de uma parte dessa área pelo Comando da Aeronáutica com vista à construção de um aeroporto, segundo informação prestada pelo Conselheiro José Baka Filho, nesta mesma reunião) a serem resolvidos; **DRAGAGEM** - Um outro Ofício analisado e debatido na Reunião, foi o de Nº. 045/07 – APPA que apresenta o histórico dos problemas envolvendo a Concorrência Internacional para a dragagem do porto e discorre sobre a desistência, por parte das empresas licitantes, de executar os serviços, nos complexos portuários da Baia de Paranaguá. O **Presidente** lembrou que, quando do cancelamento da Reunião de janeiro, o Conselheiro Fayet escreveu, num e-mail a ele dirigido, que teriam assuntos importantes a discutir, sendo o mais importante de todos a dragagem, do que ele, Presidente, discorda totalmente, pois a dragagem é um problema operacional da Administração do Porto e, tudo o que podem fazer é fazer esforço, para ajudar nessa questão. Lembrou que foi feito um projeto sério por uma Comissão. Disse que a Praticagem lhe encaminhou a mais recente batimetria do canal, na qual observou que a situação está pior que a batimetria que viu, anteriormente, antes de tomar posse no Conselho. Revelou que, na batimetria atual, na altura da bóia 4, o canal está extremamente estreito. Sobre o Ofício (045/08) encaminhado pela APPA, disse que lamentou o teor de algumas partes do texto, porque, no momento, o mundo inteiro é demandante de dragagem e, além disso, a Secretaria de Portos lançou a notícia de que ia dragar Itaguaí, Santos, Rio Grande e outros, o que talvez esse tenha sido um fator complicador na concorrência de Paranaguá, porque a empresa não deixaria uma draga de dez mil metros cúbicos de capacidade em Paranaguá, por cinco anos, por

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DO PORTO DE PARANAGUÁ

Rua Antônio Pereira, 161
Cep: 83221-030 Paranaguá – PR
Tel: (41) 3420-1142 – Fax (41) 3420 -1360
www.portosdoparana.com.br
E-mail: cappgua@pr.gov.br

apenas cem milhões de reais. O **Conselheiro Michael** manifestou sua preocupação com a situação atual, pois teme a possibilidade de começar a haver cancelamento de escalas de navios, pois o Porto está abalado por falta de manobras no cais e no fundeio. O **Presidente** deu conhecimento ao Conselho sobre a publicação da APPA (Ofício n.º 045/08-APPA), que traz informações sobre dragagem – na qual é feita uma referência desabonadora ao CAP – e disse que não quer ser responsabilizado, no futuro, numa publicação semelhante, pelo que acontecer daqui por diante. Porque é muito fácil, para todos, cobrar uma atitude do presidente do CAP. **Conselheiro Manteli** – Disse que essa questão da dragagem de Paranaguá foi explanada pelo Almirante Ravanelli de uma forma técnica e precisa, que este foi corajoso na sua apresentação, advertindo a todos. Perguntou qual foi o problema na proposta encaminhada pela Comissão, o que ficou divergente entre a proposta e o edital. Disse que, diariamente, recebe reclamações de seus associados, principalmente da área de fertilizantes, por haver mais de 40 navios esperando para operar. Disse que não está procurando culpados, mas quer a solução, assim como todos querem. Outro assunto que deseja tratar é o Ofício da Administração do Porto (045/08), onde há acusações contra o setor empresarial de forma genérica, atingindo os dois blocos empresariais, como se estes fossem culpados pela situação atual. **Presidente** – Disse que o Almirante Ravanelli realmente fez uma exposição técnica, mas que a imprensa no Paraná, no seu entendimento, deturpou o que ele disse. **Michael** – Reitera que possuem um problema emergencial e acredita que a primeira fase da dragagem deveria ser emergencial e sem licitação. **Conselheiro Juarez** – Acredita que nesse momento deveriam tentar de uma forma coletiva, com o Porto, que é o gestor da situação, porque, por mais que queiram contribuir, nada é possível, se o Porto não franquear essa participação do CAP na solução. Devem entender que é uma situação de sobrevivência. Explicou, ainda, as discrepâncias do Edital com o trabalho realizado pela Comissão, que são basicamente duas ou três e que não são, no seu entendimento, relevantes para o sucesso da licitação. Disse entender que o problema foi de preço e que, pelo que viu e ouviu na mídia, esta semana, o Porto vai chamar novamente as empresas, dentro daquilo que permitirem os pareceres jurídicos. No âmbito da Comissão, todas as questões técnicas estão resolvidas em Paranaguá, atendendo tanto à Norman 11, da DPC, como às exigências ambientais pelos próximos 10 anos. Disse não existir problema técnico que não tenha sido equacionado pela Comissão para dragagem e descarte do material resultante e que esse ganho é irreversível, por isso não houve nenhuma contestação técnica. Relatou que a Comissão "apanhou" violentamente e não vai deixar de dizer que existem pessoas que torcem para que não aconteça nada, apostando num colapso do porto. Teriam que pensar em como resolver os pontos de restrição maior, encontrando uma solução emergencial. Disse também que a solução da sinalização é simples e de baixo custo. **Presidente** – Comentou, em caráter pessoal, que o Edital pede uma draga de alta capacidade, de 10.000 m³, comprometida com o Porto de Paranaguá durante 5 anos, o que tem um custo, a seu ver elevado. Acha que, se contratarem uma companhia qualquer, vão ficar 10 anos dragando, sem chegar ao resultado esperado. Em sua opinião, o problema está no preço. **Conselheiro Baka** – Disse entender que o Governo Federal não está preocupado, porque em nível de União, há outros portos que podem absorver toda a movimentação de Paranaguá. Concorda com o que o Conselheiro Juarez falou, que precisam se unir, neste momento de crise, para afastar qualquer obstáculo que seja e resolvê-lo. Disse que alguém é responsável, citando que há seis anos atrás, existia um contrato de dragagem de manutenção, pelo qual uma empresa tinha a responsabilidade de manter a profundidade do canal e a APPA pagava uma parcela fixa mensal, com o compromisso de manter as profundidades que já existiam. Mas que após esse contrato, nenhum outro contrato de dragagem foi feito. Disse ainda que, se aquele não prestava e em seis anos não se executou outro, agora tem que ser responsabilizado, por negligência, quem não fez o que deveria ter feito, que isso não pode ficar assim. Questionou a quem interessava que Paranaguá ficasse pior? Disse que não acreditava que a seqüência dos fatos tenha sido por acaso. Que há uma cidade inteira que depende da atividade portuária, que o porto já está fechado por meio dia e que esta é uma questão que deve ser levada a sério. "Em mais de seis anos não se conseguiu fazer uma licitação", disse. Acrescentou que uma licitação pública bem detalhada se consegue fazer em 90, 120 dias, no máximo e uma concorrência pública internacional em 150 dias, com todos os prazos, todas as publicações. Não vai discutir o passado, mas hoje estão correndo riscos, estão procurando soluções. Disse não saber que pressão o CAP pode exercer, de que maneira pode contribuir, e colocou-se à disposição para colaborar. Acha que, se o Estado não pode cumprir com suas obrigações, o Governo Federal deve tomar uma posição; que talvez a comunidade portuária possa tomar providências. O

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DO PORTO DE PARANAGUÁ

Rua Antônio Pereira, 161
Cep: 83221-030 Paranaguá – PR
Tel (41) 3420-1142 – Fax (41) 3420 -1360
www.portosdoparana.com.br
E-mail cappgua@pr.gov.br

Governo Federal tem que estar preocupado, porque delegou essa concessão ao Estado do Paraná e, *se o Estado não está conseguindo cumprir com suas obrigações*, o Governo Federal tem que "sair de cima do muro", tomar uma posição e dizer o que tem que ser feito. **Conselheiro Ismael** – Disse que outro problema, que poderia ser mais rapidamente resolvido é a questão da sinalização náutica no canal, pois a navegação noturna foi interrompida, não só no canal, como, também, qualquer manobra noturna na área interna no Porto. Disse que se considerarem esse impedimento, possuem um problema muito maior ocorrendo agora, que está impactando a produtividade do Porto. **Conselheiro Daniel** – Mencionou que desejava consignar em Ata alguns termos que foram utilizados, porque são termos graves quanto a uma Administração Pública. O primeiro termo usado é negligência por parte da Administração. Disse não ser possível usar esse termo quando houve toda uma negociação do contrato anterior com a empresa Bandeirantes, ocasião em que, irresponsavelmente, como registrado no documento citado pelo Presidente, houve alteração das especificações técnicas originais do Edital que alteraram a sobre-largura do canal. Disse que a empresa não quis manter o contrato da forma como a Administração estava exigindo e foram para a Justiça. Entende que não pode ser acusada de negligente uma Administração que, em 2006, fez um contrato de emergência. Repele a negligência e a afirmação de que essa administração não fez nada, porque fez sim, enquanto o contrato da Bandeirantes estava numa discussão jurídica, fez um contrato de emergência com a empresa Somar. Disse que promoveu, incentivou e acompanhou o trabalho da Comissão de Dragagem, liderada pelo Conselheiro Juarez e não consegue ver negligência em uma Comissão cujo trabalho foi o coração do Edital, onde 90% de todo trabalho da Comissão foi parte integrante do Edital. Com relação à Sinalização Náutica, disse que estão tendo todo apoio logístico da Capitania dos Portos que, com a suspensão da navegação noturna, disponibilizou uma embarcação para auxiliar na recuperação do balizamento, por haver uma frustração no processo de licitação, já que, das três empresas que estavam disputando o contrato, uma levantou suspeição sobre a outra, anulando todo o processo. Disse acreditar que existe um espaço importante para o Conselho cooperar nesse momento; que seria por meio de uma Deliberação, em que manifestasse solidariedade à Administração, neste momento, recomendando uma contratação de emergência, como ato de boa vontade. Disse achar que o Conselho precisa sair do discurso e partir para a objetividade; pensa que o Conselho pode fazer um ato formal de reconhecimento da emergência. Também não considera aceitável que se tragam à tona aquelas discussões de dirigismo e de suspeição dos processos. **Conselheiro Juarez** – Gostaria de corroborar com a proposta do Conselheiro Daniel; por acreditar que devem materializar uma Deliberação do Plenário, neste momento, em dois sentidos, sempre entendendo que a prerrogativa, na condução, é da Autoridade Portuária, para que não sejam acusados de omissão, até porque todos vão ser penalizados com a não solução desse tema. Gostaria de emendar a proposta, primeiro por entender que devem manifestar a solidariedade pelo momento crítico, sem entrar no juízo de valor; e, segundo, no sentido de que este CAP oferecesse a colaboração de uma Comissão, que pode ser a própria Comissão de Dragagem, ou uma outra, abstraída deste Conselho, com poucas pessoas, colocando-se à disposição, para ir ao encontro da solução e, se for o caso, para definir, num processo de emergência, o que seria aquilo que precisaria ser dragado. E que fosse, obviamente, colocada a questão da dragagem e da sinalização. Concorda com a urgência da questão da sinalização. Objetivamente propôs que o Conselho analisasse a situação e oferecesse um grupo para contribuir. Aceitar, ou não, a contribuição desse grupo é uma prerrogativa da Autoridade Portuária, mas estariam fazendo sua parte, num espírito de contribuição e não de critica. **Conselheiro Claudio** – Relatou que, na última terça-feira, tiveram uma reunião na Associação Comercial, sobre o tema da dragagem. Colocaram lá a idéia de uma Comissão, salientando que a questão legal de se mexer num processo licitatório é complicada. Entende que o CAP poderia respaldar a ida dessa Comissão ao Tribunal de Contas do Estado, para tentar evitar a confecção de um novo Edital, porque, assim, sabem que serão mais 150 dias de atraso. Disse que, se a Administração concordar, o CAP pode ir junto ao Tribunal de Contas solicitar que, dentro desse mesmo processo licitatório, sejam feitas as alterações necessárias, ou emergenciais. Acredita que todos devem se colocar à disposição, porque não é hora de se buscar problemas. O assunto foi debatido à exaustão ficando decidido que o CAP, através de Deliberação do seu Presidente manifestará a sua solidariedade à Autoridade Portuária pelo momento critico que o Porto de Paranaguá atravessa, bem como colocará à disposição desta uma Comissão para auxiliar na busca de um caminho que conduza à solução do problema de dragagem no Canal da Galheta, cuja largura

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DO PORTO DE PARANAGUÁ

Rua Antônio Pereira, 161
Cep 83221-030 Paranaguá – PR
Tel (41) 3420-1142 – Fax (41) 3420 -1360
www.portosdoparana.com.br
E-mail cappgua@pr.gov.br

entre as bóias nº 4 e nº 5, foi considerada critica; - O **Conselheiro Arivaldo** manifestou a decepção *dos TPA's que foram escalados para trabalhar em 25 de dezembro 1º de janeiro*, atendendo à solicitação do CAP, em razão de se haver verificado que naquelas datas a produtividade se mostrou extremamente baixa, razão pela qual, considera que não valeu a pena o esforço despendido. O **Presidente** e alguns Conselheiros concordaram com a posição do Conselheiro Arivaldo, tendo ficado acertado efetuar um levantamento quanto à questão da produtividade obtida nessas datas e compará-las com as obtidas nos fins de semana e em outras datas festivas, para posterior apresentação ao Plenário e nova discussão sobre a necessidade, ou não, de manter as atividades nesses dias. Ainda em Assuntos Gerais, o **Presidente** questionou os representantes dos Operadores e do Estado quanto às providencias que estão sendo tomadas para a utilização plena do "Silão" e dos demais terminais, para o escoamento das próximas safras de soja e milho que se anunciam superiores às do ano passado. O representante suplente do Estado, **Conselheiro Daniel**, declarou que o "Silão" está em condição de plena operação e que não vê dificuldades para esse escoamento de safra; de sua parte, o representante dos Operadores Portuários e alguns componentes do Bloco II, manifestaram preocupação com alguns detalhes que ainda necessitam ser corrigidos. O Conselho decidiu ainda que, na próxima reunião da Câmara Temática de Logística do Agronegócio, do Ministério de Agricultura, será mais uma vez representado pelo ex-Conselheiro Sidney Pinto. Sem mais assuntos o **Presidente** encerrou a Reunião, tendo eu Vitor Roberto Muller Bernardi _____ lavrado a presente Ata, que vai assinada por mim e pelos demais Conselheiros.

Conselheiros:

Paulo Augusto Rocha de Vasconcellos _____

Rivaldo Pinheiro Dantas _____

Daniel Lucio Oliveira de Souza _____

José Baka Filho _____

Michael Martins da Silva _____

Sandro Flores Monteiro _____

Wilen Manteli _____

Edson César Aguiar _____

Osmar Petersen _____

Arivaldo Barbosa José _____

Carlos Antônio Tortato _____

Wilson Moraes da Silva _____

Maria do Socorro de Oliveira _____

Carlos Alberto M. da Costa _____

Ismael Alves Pires Neto _____

Juarez Moraes e Silva _____

Cláudio Fernando Daudt _____

José Roberto de Almeida Correa _____

Luciano Cardoso Denardi _____

Hário Mirzo Tieppo Junior _____

Convidados:

CPPR – Comte. Avelino de Freitas _____